

Transição energética justa

É preciso transferir a nossa energia poluente para fontes limpas sustentáveis: solar, eólica, energia de ondas e marés, para parar de emitir gases poluentes. É preciso converter e expandir os transportes públicos para se moverem a eletricidade renovável, e oferecerem reais alternativas ao carro e ao camião. É preciso isolar termicamente todas as casas e instalar sistemas eficientes de climatização. E é preciso fazer isto tudo em tempo recorde, com garantias básicas de acesso, condições e custos para as pessoas. Para garantir que expectativas de lucro não corrompem o processo, esta transição tem de ter base nas exigências das pessoas e comunidades, e sob controlo público.



**PODEMOS CRIAR
100.000
EMPREGOS
E CORTAR AS EMISSÕES DE
CO₂ EM PORTUGAL
60 a 70%
NOS PRÓXIMOS 15 ANOS!**



O que são empregos para o clima?

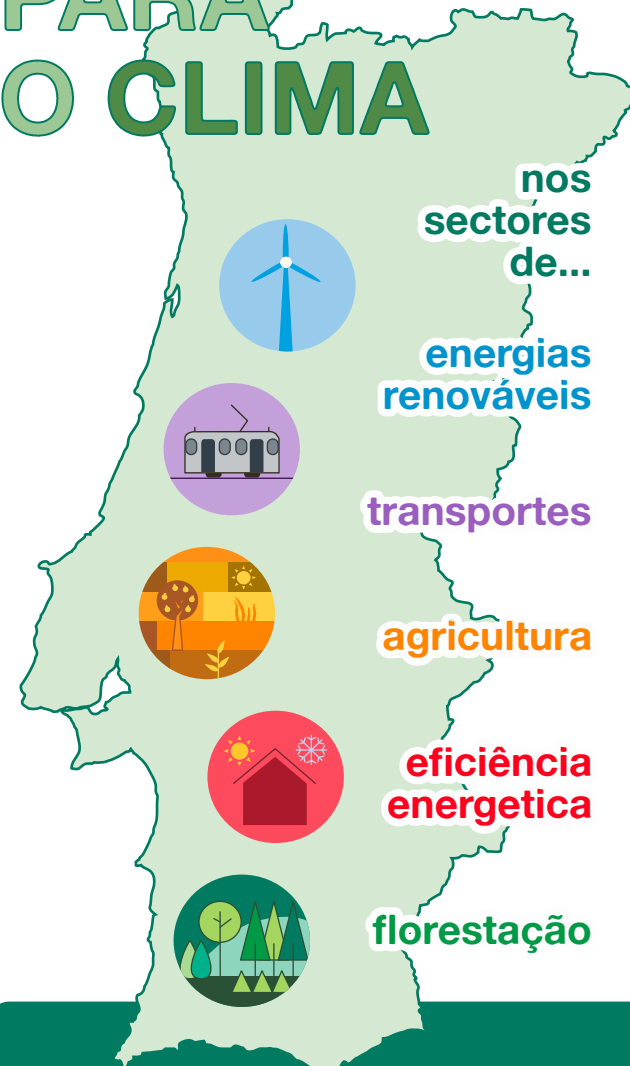
A campanha “Empregos para o Clima” é um plano coletivo baseado em exigências de sindicatos, ambientalistas, académicos, associações cívicas e religiosas, e defende a criação de 100 mil empregos públicos dignos, um género de “Serviço Nacional do Clima”, para descarbonizar a economia e melhorar as condições de vida. Os novos postos de trabalho, em setores como a energia, transportes, construção, gestão florestal e agricultura, seriam criados pelo estado numa ótica de serviço público, com garantias para os trabalhadores, para fazer a transição para uma sociedade sustentável.

**mudar o sistema,
não o clima!**

para saber mais:
empregos-clima.pt

Parque eólico da Serra do Larouco
Rui Mourá CC-BY-NC-SA

100.000 EMPREGOS PARA O CLIMA



**mudar o sistema,
não o clima!**

empregos-clima.pt



O clima está a mudar

As alterações climáticas são talvez o maior desafio da História. O aumento da temperatura média faz escassear a água potável e comida nutritiva, despoleta guerras por recursos, fluxos migratórios massivos, tempestades e incêndios que destroem casas, infraestruturas, costas, florestas e colheitas. Isto acontece não por falta de tecnologia alternativa, mas porque o setor energético tem somas exorbitantes investidas em combustíveis fósseis. Estas somas estão a custar a vida, a saúde, a casa e o futuro a muita gente.

A ciência prevê que nos restem 30 anos para descarbonizar por completo a economia e evitar um ponto sem retorno nas alterações ao clima.



Precariedade instalada

Com o fim da crise em Portugal, o emprego aumentou, mas a precariedade ficou. Vínculos precários, falsos recibos verdes, horas extra não pagas, insegurança no emprego afetam mais de 1/5 da população trabalhadora, e quase 2/3 dos jovens. Isto acontece não por falta de recursos, mas porque as empresas se movem pelo lucro e não para servir as pessoas ou a sociedade. Este lucro está a custar a dignidade e qualidade de vida a muita gente.



Pobreza energética

Portugal é um dos países da UE onde mais se morre de frio. A dificuldade de manter as casas quentes vem da ineficiência energética e mau isolamento dos edifícios, do custo alto da eletricidade e falta de acesso a tecnologia adequada (como aquecimento central). Este problema afeta sobretudo idosos, crianças, pessoas com doenças físicas ou mentais. E isto acontece não por incompetência técnica, mas porque os setores energético e da construção são movidos pelo lucro em vez do serviço público. Este lucro está a custar a vida, a saúde e o conforto a muita gente.



Custos da mobilidade

Milhares de mortes prematuras e custos altos para a saúde e economia resultam da concentração alta de poluentes no ar. Este problema está ligado a falhas dos transportes públicos e coletivos (em horários, custos frequência, cobertura, climatização), que levam quem pode a recorrer ao transporte individual. O resultado: problemas respiratórios, ruído excessivo, trânsito e falta de acessos a quem não tem carro. Isto não acontece por falta de tecnologia ou recursos, mas porque as transportadoras operam com base no lucro e não no serviço às pessoas.



E agora?

Os problemas são claros, a solução também. Tal como a educação e a saúde, os setores básicos da energia, transportes e construção têm de servir primeiro as pessoas e a sociedade. Seja em alturas de crise, eleições ou boom económico, certos limites não podem ser cruzados: o clima, a vida, a saúde, a habitação, a dignidade do trabalho, o acesso à mobilidade têm de ser garantias absolutas.

É preciso recolocar estes recursos na esfera do serviço público, sob controlo de quem trabalha e vive nas comunidades. É preciso algo como um “Serviço Nacional do Clima” para fazer a transição energética de forma socialmente justa em Portugal.

